

## política

# Projetos de interesse do governo podem ir a plenário

## Operação de crédito e contratações emergenciais estão na pauta



FERNANDO GOMES/ALRS/DIVULGAÇÃO/JC

Outro tema que pode ser analisado pelos deputados na sessão plenária é o relatório da CPI dos Pedágios

### / ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS

Bolívar Cavalari  
bolivarc@jcrs.com.br

A poucas sessões antes do início do recesso parlamentar de inverno - que começa em 18 de julho -, a Assembleia Legislativa tem em pauta diversos projetos sensíveis ao governo. Entre as proposições do próprio Executivo, estão na ordem do dia autorização para duas operações de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e contratações emergenciais de trabalhadores de escolas. Outra matéria de interesse do Piratini que pode ir para votação é o relatório final da CPI dos Pedágios, que recomenda o cancelamento das concessões dos Blocos 1 e 2 de rodovias estaduais.

Quanto às operações de crédito, uma delas diz respeito a uma espécie de "seguro contra desastres" que o Executivo está contratando junto ao BID, no valor de US\$ 332 milhões (cerca de R\$ 1,7 bilhão, a custo de hoje). O projeto trata de uma prevenção financeira do Executivo para o caso de o Rio Grande do Sul passar por outra calamidade climática, principalmente por conta do El Niño que está vigente e preocupa o governo quanto à possibilidade de novos eventos extremos.

Pelo projeto, a liberação dos

recursos só é permitida em caso de reconhecimento de calamidade pública pelo Congresso Nacional. Na justificativa à proposta o Executivo ainda afirma que o desembolso seria possível em até cinco dias úteis, assim que seja atendido o requisito anterior.

A outra operação de crédito junto ao BID, no valor de US\$ 120 milhões (cerca de R\$ 620 milhões, a custo de hoje), é para uma modernização da gestão fiscal do Estado. Na proposição o governo define os objetivos: fortalecer a governança e a gestão dos recursos estratégicos; aumentar a eficiência da administração pública; aumentar a eficiência no uso dos recursos públicos; e aumentar a efetividade da Gestão Jurídica.

Outra matéria na ordem do dia trata da contratação emergencial de 412 especialistas de educação para trabalharem como orientadores educacionais e de 1.785 assistentes educacionais temporários. Este projeto só entrou em tramitação na Assembleia na semana passada, mas por acordo de todas as bancadas já está na pauta para ir ao plenário. Há necessidade de aprovação célere desta proposta em razão da legislação eleitoral, que veda contratações no setor público no período de seis meses que antecede as eleições.

Os deputados estaduais também poderão votar o relatório da

CPI dos Pedágios, que foi aprovado no colegiado por 8 votos a 3 em 11 de junho, e agora passa pelo crivo do plenário. Caso seja aprovado, a Assembleia indica concordância com o documento, que recomenda a revisão do Bloco 3 de rodovias estaduais - único dos três já concedido e que reúne estradas da Serra Gaúcha - e o cancelamento das concessões rodoviárias dos Blocos 1 e 2. O governo, até o momento, manteve a posição favorável às concessões e não indicou movimento algum no sentido de suspensão das publicações dos editais.

Todos estes projetos estão na ordem do dia para ir ao plenário, mas a reunião de líderes de bancadas na manhã desta terça pode definir mudanças no cronograma de votações.

Já na sessão da semana seguinte, no dia 7 de julho, deve entrar na pauta a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2027, em que o Piratini prevê déficit orçamentário de R\$ 4 bilhões e primário de R\$ 4,8 bilhões. Também pode entrar para votação dos deputados antes do recesso parlamentar a proposta do governo de criar uma Secretaria de Defesa Civil, mas a bancada do PP na Assembleia pediu mais tempo para avaliar o projeto, e ainda é incerto quando ele deve ir ao plenário.

## Receita lança hoje portal de dados das lacunas produtivas do RS

### / CONTAS PÚBLICAS

Uma nova versão do Radar do Mercado da Receita Estadual, um painel que utiliza a base de dados da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para produzir indicadores econômicos que apontam os setores cujos produtos não suprem o consumo interno do Rio Grande do Sul, entre outras informações, será lançada hoje.

O portal foi desenvolvido pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, por meio da Receita.

A plataforma terá atualização mensal e fornecerá informações detalhadas das vendas da indústria gaúcha, e ainda vai mapear as origens dos produtos consumidos no Estado.

Também será possível identificar a origem dos produtos demandados no no estado do Rio Grande do Sul e o destino da produção industrial gaúcha, além dos mercados consumidores e os principais concorrentes de cada setor.

A reportagem teve acesso antecipado ao portal e, entre as informações disponíveis, se destacam os produtos com "dependência crítica" no Estado, ou seja, aqueles cuja a dependência de consumo externo dos gaúchos é maior que 95%.

Estão categorizados desta forma medicamentos, veícu-

los leves e produtos químicos diversos e diversas outras categorias. O portal indica que estes segmentos são oportunidades para investimentos no Rio Grande do Sul.

Outro dado disponível diz respeito aos cinco estados brasileiros que mais consomem produtos gaúchos.

No acumulado dos últimos 12 meses, o portal indica que as vendas a estes estados alcançaram o valor de R\$ 1,5 bilhão no período. Santa Catarina lidera a lista com R\$ 521 milhões, seguida de São Paulo (R\$ 485 milhões), Paraná (R\$ 341 milhões), Minas Gerais (R\$ 103 milhões) e Rio de Janeiro (R\$ 71 milhões).

O subsecretário da Receita Estadual, Ricardo Neves Pereira, afirma que este portal é inovador e traz consigo dados de inteligência de mercado.

"Eu começo a dar indicadores ou elementos que quem vai olhar as informações pode encontrar, ali nas informações de inteligência, a possibilidade, por exemplo, de entender o porquê o Rio Grande do Sul ter determinada lacuna de algum produto que deixa de ser produzido aqui, que eu sou dependente de um mercado externo - seja importação, seja de outros estados - e poder, inclusive, criar oportunidades", explica o subsecretário.

## Legislativo da Capital teve trabalho reduzido com a Copa

### / CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz  
amandas@jcrs.com.br

A Câmara de Porto Alegre teve os trabalhos reduzidos nesta segunda-feira em razão da partida da seleção brasileira na Copa do Mundo. A plenária que estava prevista para acontecer às 9h foi suspensa. Na próxima quarta-feira os vereadores da Capital retornam aos trabalhos para debater os projetos em sessão que inicia às 14h.

A menos de um mês do recesso de inverno, que acontece entre 17 e 31 de julho, os vereadores têm realizado sessões mais curtas e têm contemplado menos projetos. Na

semana passada foi aprovada apenas uma proposta que garante o uso do nome social de transexuais em lápides e cerimônias funerárias.

Dentre os trabalhos previstos para a semana está a realização das reuniões das comissões permanentes que acontecem nesta terça-feira. A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) e a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação (Cuthab) se reúnem pela manhã e no turno da tarde a Comissão de Educação e Cultura (Cece). Na programação cultural se destaca a abertura da nova exposição "Tem dor que o mundo ainda não aprendeu a ver", que acontece na quarta-feira.